

# **Pistas clássicas para pensarmos as Políticas Educacionais na contemporaneidade: a efetivação do Projeto Político Pedagógico na República de Platão**

Fausto dos Santos Amaral Filho  
[faustodossantos@bol.com.br](mailto:faustodossantos@bol.com.br) - Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

## **Resumo**

O presente artigo, de uma forma geral, procura mostrar a produtividade da leitura de textos clássicos para auxiliar-nos na elaboração dos projetos político-pedagógicos na contemporaneidade. Para tanto, partindo da relação intrínseca entre Filosofia, Política e Educação, considerando que tal relação está paradigmaticamente explicitada na Filosofia de Platão, mormente na sua República, busca-se especificamente no referido texto do Filósofo da Academia, através de uma leitura calcada na Hermenêutica, mormente aquela desenvolvida por Paul Ricoeur, a produtividade interpretativa adequada para pensarmos as questões contemporâneas relativas às Políticas Pedagógicas em nossa sociedade. O que nos levará, como poderá ser visto, a concepções distintas do papel da educação, tais como: a formação integral do homem e a preparação técnica para o trabalho; temas efetivamente contemporâneos. Para cumprirmos tal intento, teremos a colaboração de diversos autores, destacando-se Dermeval Saviani, Jayme Paviani, Samuel Scolnicov, Werner Jaeger, dentre outros.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Textos clássicos. Platão. Contemporaneidade.

## **Classical clues to think educational politics in contemporaneity: the accomplishment of the political project in Plato's Republic**

### **Abstract**

The present text, in a general way, seeks to show classical texts' reading productivity in order to help us in pedagogical and political projects in contemporaneity. For both, starting from intrinsic relation between Philosophy, Politics and Education, considering that such relation is paradigmatically explained in Plato's Philosophy, mainly in his Republic, we look for – specifically in the Academy Philosopher's referred text, through a reading that is grounded in Hermeneutic, mainly that one developed by Paul Ricoeur – an appropriate interpretative productivity to think about contemporary questions related to Pedagogical Politics in our society. That will lead us, as we will be able to see, to distinct conceptions of the education role, such as: man's integral formation and the technical preparation to work; contemporary themes, effectively. In order to accomplish such a purpose, we'll have several authors' collaboration, highlighting Dermeval Saviani, Jayme Paviani, Samuel Scolnicov, Werner Jaeger, among others.

**Key words:** Educational politics. Classical texts. Plato. Contemporaneity.

## Introdução

Como nos diz Saviani, “aceita-se correntemente como inquestionável a existência de uma dimensão filosófica na educação” (SAVIANI, 2009, p. 11). Ora, que haja um vínculo estreito entre Educação e Filosofia, de fato, dificilmente alguém seria capaz de negar; sintomático, inclusive, é o fato de ambas dividirem o mesmo símbolo, a coruja. Afinal, a maior parte dos grandes temas que fazem parte das reflexões dos filósofos, como Ética, Política, Antropologia, Epistemologia, Estética, são os mesmos dos educadores. Ainda que frequentemente associemos o trabalho filosófico ao descortinamento teórico da realidade – o que, contudo, mais recentemente, depois de Marx se torna questionável<sup>1</sup> – e o trabalho educacional ao fazer da cotidianidade, seguindo as palavras de Paviani:

Em educação não basta fazer, é preciso conhecer o que se faz. Professor, no sentido pleno, é aquele que reflete sobre a própria experiência e tem consciência dos limites da ação pedagógica. Um carpinteiro ou eletricitista, mesmo não sendo capaz de teorizar a prática, não prejudica seu desempenho profissional ao executar mecanicamente as tarefas que lhe são solicitadas. O professor, ao contrário, lida com pessoas, sempre numa relação entre sujeitos, necessita ter clareza sobre as possibilidades e fins do ato de ensinar (PAVIANI, 1988, p. 12).

Poder-se-ia dizer, tanto quanto o filósofo precisa ter presente a dimensão prática do seu teorizar, ou seja, a dimensão da efetividade do seu pensamento, o que, evidentemente, pressupõe o alcance pedagógico do seu mister. Sem o que, a filosofia pode se tornar, apenas, um jogo estéril com as palavras, um passatempo inócuo, ou, quem sabe, até mesmo deletério<sup>2</sup>.

Tendo isso em vista, é preciso reafirmar, aqui, a intrínseca relação entre Educação e Filosofia, tanto quanto a imbricação de ambas ao *horizonte político*<sup>3</sup> no qual necessariamente navegam. Contudo, sem que as especificidades próprias tanto da Filosofia quanto da Educação e da Política sejam suprimidas. Pois, embora possamos considerá-las inseparáveis, como

---

1 Lembremos aqui da famosa 11ª tese de Marx sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 122).

2 Para desenvolver esta questão pode-se ver o primeiro capítulo de: GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2008.

3 Com o termo *horizonte político* deve-se compreender, conjuntamente, a dimensão histórica, social, econômica e ética que a palavra *política* comporta.

Saviani não nos deixa esquecer, Educação e Política não são idênticas (Cf. SAVIANI, 2008, p. 66)<sup>4</sup>, assim como, também, não podemos identificar Filosofia e Política, bem como Filosofia e Educação, embora as três confluem conjuntamente na constituição do mesmo: a efetivação histórica do homem.

Para corroborar a intrínseca relação anunciada, nada melhor do que um exemplo historicamente concreto, no caso, um clássico das origens gregas do filosofar; convocaremos, então, para cumprir nosso intuito, o homem cujo legado, como nos diz Reale “constitui o vértice mais alto atingido pelo pensamento antigo” (REALE, Giovanni, 1994, p. 7), confluindo, assim, decisivamente, para o desenvolvimento do modo de ser no mundo ocidental, que, na contemporaneidade, se tornou praticamente global, seu nome, Platão.

Para tanto, antes que alguém, apressadamente, possa estranhar o fato de termos requisitado Platão para confirmar nossas palavras, considerando-o, pejorativamente, um filósofo puramente idealista, perdido no hiperurânio, imerso em seu mundo ideal, sem vínculos com a empiria da cotidianidade, não esqueçamos que tal homem, que de fato nos ensinou a importância da contemplação teórica, chegou ao mundo das ideias pelas vias impostas pelas práticas políticas do seu tempo, em busca de uma transformação social radical, poder-se-ia dizer, até mesmo, revolucionária. Pelo que, podemos afirmar: se Platão chegou ao nível teórico das ideias, foi movido pelos problemas que as práticas políticas e, conseqüentemente, pedagógicas do seu tempo, impuseram a sua reflexão, mais precisamente, pela necessidade de fundamentar novas práticas contrapostas àquelas até então vigentes, lançando-se no confronto com o establishment, através dos seus diálogos, bem antes de ter alçado teoricamente o *mundo das ideias*<sup>5</sup>. Como nos diz Scolnicov, para Platão, “a filosofia sempre começa in medias res” (SCOLNICOV, 2006, p. 33); em um movimento que pode nos fazer lembrar, mutatis mutandis, o que Saviani nos ensina a respeito da relação dialética estabelecida entre teoria e prática na constituição da Pedagogia Histórico-Crítica<sup>6</sup>.

Porém, não foi apenas com o seu trabalho literário – e dizer apenas aqui é praticamente uma injustiça – que Platão buscou intervir em seu tempo; não esqueçamos que o filósofo, como parte de sua estratégia política de inserção na sociedade, fundou uma instituição de ensino, a

---

4 “Se em política o objetivo é vencer, em educação o objetivo é convencer; se a prática política se apóia na verdade do poder, a prática educativa apóia-se no poder da verdade” (SAVIANI, 2007, p. 224).

5 O que pode ser visto em: AMARAL F<sup>o</sup>, Fausto dos Santos. Platão e a linguagem poética: o prenúncio de uma distinção. Chapecó: Argos, 2008.

Academia. Portanto, como nos diz Paviani: “Platão não se limita a falar da educação, não oferece apenas uma filosofia pedagógica, ele concretiza seus objetivos de ensino na fundação de uma escola” (PAVIANI, 2008, p. 87). Mas não é só isso, não esqueçamos, também, as três viagens que o filósofo fez à Sicília, “especialmente a segunda e a terceira, pois se ligavam a intenções políticas de Platão” (SZAIF, 2005, p. 173), com as quais o filósofo pretendia “enriquecer suas experiências políticas e praticar sua Politéia” (LLEDÓ, 1997, p. 127). E, por fim, não esqueçamos da piada contada pelo próprio Platão em seu Teeteto, que ridiculariza o filósofo, no caso Tales de Mileto, por, de tanto olhar para cima, preocupado com as estrelas, não perceber o que estava por debaixo dos seus próprios pés, vindo a cair em um buraco.

Assim, julgando o que foi dito suficiente para sanar um possível estranhamento pelo fato de requisitarmos Platão, o filósofo das ideias, lá dos confins da Hélade Clássica, para nos ajudar a pensar a tarefa da educação na contemporaneidade, podemos, agora, adentrarmos em sua República; certamente, não no intuito meramente historiográfico de reconstruirmos o seu pensamento, nem tampouco na intenção de assumi-lo, o que seria um anacronismo altamente improdutivo, visto situarmo-nos em horizontes históricos bem distintos, mas antes, na tentativa de seguirmos as pegadas deixadas pelo filósofo que possam nos ajudar a prosseguirmos firmes em nossa própria caminhada. Afinal, como nos diz Saviani, “eu não posso compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese” (SAVIANI, 2007, p. 4). Sigamos então.

Se é certo dizer que “o problema para o qual desde o primeiro instante se orienta o pensamento de Platão é o problema do Estado” (JAEGER, 1994, p. 749), já que o Estado é o lugar onde se desdobra a vida humana, é na República, “a mais arquitetada de suas obras” (JAEGER, 1994, p. 750), que o referido problema é tratado na perspectiva da interdisciplinaridade das suas múltiplas interconexões. Sem rupturas internas, vemos o perfeito imbricamento entre Ética, Política, Estética, Epistemologia, Psicologia e Educação, sem que um tema se sobreponha ao outro, antes pelo contrário, todos confluem para a constituição do

---

6 “Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática” (SAVIANI, 2008, p. 107). Na linguagem dos estudiosos de Platão, chamaríamos tal movimento de *dialética ascendente* (do particular ao universal) e *dialética descendente* (do universal ao particular).

todo. É neste sentido, e tendo em vista o nosso interesse específico, que Scolnicov nos diz que, “para Platão, a educação tem uma importância primordial na formação da sociedade, mas ela é apenas um fator, por importante que seja” (SCOLNICOV, 2008, p. 120). Assim, ainda que não possamos minimizar de jeito algum a importância da educação na composição da República, contudo, não podemos subscrever, sem mais, as palavras de Rousseau: “Se quiserdes ter uma idéia da educação pública, lede a República de Platão. Não é uma obra política, como pensam os que julgam os livros pelo título: é o mais belo tratado de educação jamais escrito” (ROUSSEAU, 1995, p. 12). Pois, pensando desta maneira, certamente correríamos o risco de cairmos na armadilha das pedagogias “ingênuas e não críticas” (SAVIANI, 2008, p. 51), que acreditam na possibilidade de, por si mesmas, independentemente do todo da conjuntura histórico-social, “modificar a sociedade por meio da educação” (SAVIANI, 2008, p. 51), única e exclusivamente. O que, certamente, não é o caso de Platão, que, buscando pensar as possibilidades para a estruturação da vida justa na pólis, donde surge, de fato, a necessidade de repensar o sistema educacional do Estado que se quer erigir, nunca perde a visão da totalidade, na qual, evidentemente, a Educação está inserida, afinal a noção de educação “faz parte da própria natureza do Estado e de seus objetivos” (SCHLESENER, 2007, p. 179). É neste sentido que devemos compreender a República em sua *integralidade orgânica*<sup>7</sup>, pois “o livro é um todo unitário e orgânico” (BARKER, 1978, p. 147), tanto quanto o Estado que nele está sendo projetado pelo filósofo.

Ora, assim como todo organismo é constituído pela conjunção de suas partes, o Estado platônico também tem as suas. A República é constituída por três classes sociais; distintas, fundamentalmente, pelas funções que exercem na conformação do todo: a classe dos lavradores, pecuaristas e artífices; a classe dos guardiões guerreiros; a classe dos guardiões governantes (Cf. 414a – 415c). A primeira seria responsável pela produção dos meios materiais necessários para a subsistência do Estado; a segunda cuidaria da segurança interna da cidade e, conforme a necessidade, da anexação de novos territórios (Cf. 373a-e); à terceira classe caberia o governo do Estado e seria constituída necessariamente por filósofos (Cf. 484a-c). No entanto, cabe aqui ressaltar que, embora o Estado projetado por Platão seja, realmente, uma sociedade de classes, fortemente delimitadas pelas funções que cada uma exerce em vista do Bem da

---

7 Para o conceito de *integralidade orgânica* aplicado às obras de Platão, pode-se ver: AMARAL Fº, Fausto dos Santos. A Filosofia de Hegel e a poesia de Platão, ou ainda, Integralidade orgânica: para uma hermenêutica dos diálogos de Platão. In: *Dialética e Metafísica: o legado do Espírito. Festschrift em homenagem a Paulo Meneses*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

pólis, não podemos confundi-lo, contudo, com uma sociedade de castas sem movimentos possíveis, pois há na República uma certa possibilidade de mobilidade social, conforme as potencialidades dos indivíduos (Cf. 415a-d; 423c-d).

Assim distinguidas, cada classe social vai receber uma educação correspondente as suas respectivas funções dentro do Estado. A primeira classe, a dos trabalhadores, ao que tudo indica, é a que menos se beneficiará com os investimentos do Estado na educação, como nos diz Hare, “os estudiosos divergem sobre se Platão pretende que as massas partilhem a educação proporcionada aos guardiões e soldados, mas seu silêncio quanto a isso parece sugerir que ele não pretende” (HARE, 2000, p. 86). Dessa maneira, podemos supor que aos trabalhadores será concedida, apenas, a instrução técnica necessária para o cumprimento das suas respectivas funções; o que pode ser adquirido no próprio seio familiar. Serão, portanto, as classes dirigentes – guardiões e governantes - que se beneficiarão com o que de melhor o Estado pode oferecer para educá-las. Ideia essa que, de resto, parece ter sido recorrente na própria história da educação em nosso país (Cf. SAVIANI, 2007). Para tais classes é que será destinada a paidéia, que visa não somente a capacitação técnica, mas antes, a formação integral do homem. Para tais classes, Platão propõe um currículo específico que deve abarcar a música – que, dentro dos parâmetros da Grécia antiga, inclui a literatura – e a ginástica; confluindo, assim, para a fomentação das virtudes necessárias para a concretização da sociedade almejada, como a temperança e a coragem (Cf. 410a-411a) Mas não é só isso, pois a referida educação também deverá englobar as mais recentes conquistas epistemológicas vivenciadas pela Hélade filosófica, ou seja, a aritmética, a geometria, a astronomia, a estereometria, para, por fim, culminar na dialética, a linguagem propriamente epistemológica, destinada aqueles dentre os guardiões que vierem a se tornar filósofos, e, portanto, governantes (Cf. 522c-531d). Afinal, o Estado proposto por Platão é uma Aristocracia epistêmica, governado, portanto, por aqueles que detêm o conhecimento científico (epistême) no seu mais alto grau.

Como se vê, ao que tudo indica, não é de hoje que a classe trabalhadora tem restringida a possibilidade de ampliar os seus horizontes para além de um saber fragmentado, calcado meramente na instrução necessária para desempenhar o seu papel de produtora dos bens materiais necessários para a subsistência do Estado. No entanto, antes de condenarmos o filósofo, arrancando-o da historicidade própria do seu tempo, julgando-o a partir das categorias da contemporaneidade, façamos um esforço na tentativa de tentarmos compreender o aspecto revolucionário da sua proposta política. Não esquecendo, porém, que, aquilo que outrora, de

acordo com as condições históricas de uma determinada sociedade, foi revolucionário, em outra situação, pode tornar-se reacionário.

Platão, certamente, não é um democrata. Antes, pelo contrário, é um crítico ferrenho da democracia ateniense de então, evidentemente, a única que o filósofo conheceu. Crítica essa imputada, sobretudo, à atividade pedagógica dos Sofistas; através da qual, uma pequena parcela da população, a mais rica e poderosa, herdeira da antiga nobreza aristocrática hereditária que, com o advento da democracia corria o risco de perder a sua hegemonia<sup>8</sup>, conseguia resguardar os seus interesses particulares em detrimento dos interesses da totalidade da pólis, mesmo em um regime democrático, ou, para mantermo-nos na perspectiva do filósofo, justamente pela educação sofística instrumentalizar a manutenção do poder pela tradicional classe dirigente no regime democrático de então.

Com o advento da democracia, a prerrogativa aristocrática de - fundamentada na hereditariedade das virtudes homéricas - ser a única classe capaz de governar a cidade cai em desuso. No novo regime, o que passa a valer como elemento de apropriação do poder é a capacidade de persuasão, o que se dá, fundamentalmente, através da linguagem<sup>9</sup>; mais precisamente, nos discursos feitos nas Assembléias com o intuito de convencer os cidadãos. Assim sendo, é a capacidade retórica do cidadão que passa a ser a *tékhnē* apropriada para se obter o poder político na pólis. Tanto é assim que a palavra grega *rhétor*, normalmente traduzida por orador, pôde ser usada à época de Platão para designar, concomitantemente, o político, conforme podemos ver no diálogo *Górgias*; sendo que *rhétor* também serve para nomear o professor de retórica. E é aqui que entram os sofistas que, na maior parte dos casos, se apresentavam como mestres de retórica, cujos ensinamentos eram fortemente demarcados pelos interesses prático-políticos daqueles que procuravam os seus saberes. Para a nova ordem política, os sofistas propunham um tipo de formação completamente novo, que “revolucionou a educação em Atenas” (PAVIANI, 2008, p. 43), sendo considerados “os primeiros mestres profissionais da Grécia” (BARKER, 1978, p. 65), construindo, inclusive, prodigiosas riquezas, como no caso de *Górgias*, indo de cidade em cidade oferecendo os seus serviços. Pelo que,

---

8 “Quando o Estado aristocrático desaparece nos centros mais importantes da Grécia e com ele a transmissão hereditária das qualidades do estadista, surge para os helenos o problema de como realizar essa transmissão por via não hereditária. É quando tem lugar o grande movimento educacional dos sofistas” (MELLO, 1981, p. 71).

9 Para uma compreensão das principais vertentes teóricas sofísticas sobre a linguagem pode-se ver: AMARAL Fº, Fausto dos Santos. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó: Argos, 2002.

podemos inferir que aquilo que vendiam, a arte retórica, devia valer muito, e só os mais ricos podiam pagar por este novo ensinamento. Como nos diz Jaeger “Já desde o começo a finalidade do movimento educacional comandado pelos sofistas não era a educação do povo, mas a dos chefes. No fundo não era senão um nova forma da educação dos nobres” (JAEGER, 1994, p. 339). Era, pois, assim, aprendendo as diversas e mais sofisticadas técnicas de persuasão - ou seja, a manipulação da linguagem em vista da manipulação do povo - que as mesmas elites de outrora conseguiam se manter no poder em um regime onde supostamente todos os cidadãos (homens livres) deveriam ter ingerência no governo da cidade. O que fazia da democracia de então um regime propício não exatamente para a consecução do bem comum, mas antes, para a satisfação dos interesses individuais dos membros da elite dominante. Ideologia preponderante deste escol, “a maioria dos democratas convictos representava o seu ideal como um Estado em que cada um ‘podia viver como quisesse’” (JAEGER, 1994, p. 382), desde que conseguisse, é claro. Corroborando epistemologicamente tal ideologia está o ceticismo e o relativismo propagado pelos sofistas; nas palavras de hoje: cada um cada um, ou, como dizia Protágoras, um dos grandes sofistas da época, o indivíduo é a medida de todas as coisas.

Ora, é fundamentalmente contra esta perspectiva individualista, fundamentada no ceticismo e no relativismo, que obliterava a possibilidade do bem comum, que se insurge Platão. Para o filósofo, um perseguidor da verdade, ou seja, de proposições intersubjetivamente válidas, a política democrática da pólis e a prática pedagógica dos sofistas, confluíam conjuntamente para a dissolução da cidade como um todo, visto que não beneficiavam toda a cidade. Nas mãos, única e exclusivamente, dos interesses privados, tanto a política quanto a educação desviam-se efetivamente daquilo que deveria ser público: o Belo e o Bem. Portanto, a República de Platão pode ser compreendida como uma tentativa de se pensar um antídoto para a situação vigente na Atenas de então.

Para tanto, um dos passos necessários seria a transferência da Educação para as mãos do Estado. Educação esta que, embora não proporcionada a todos, mas apenas às classes dos guardiões, por isso mesmo, para que a referida educação não perdesse o seu télos próprio, o bem comum, vindo a beneficiá-las em detrimento da classe dos lavradores, pecuaristas e artífices, exigiria uma estruturação do *modus vivendi* de tais classes completamente diverso do que a grande maioria do povo grego conhecia até então. É com este intuito que Platão propõe



para a classe dos guardiões a abolição da *família patriarcal*<sup>10</sup> e da *propriedade privada*<sup>11</sup>; instituições estas que, ao que parece, para o filósofo estão intimamente ligadas e confluem decisivamente para o desenvolvimento dos sentimentos individualistas, que acabam obliterando a possibilidade do bem comum<sup>12</sup>. Abolindo também as distinções sociais de gênero, outra ideia completamente nova para os padrões da cultura grega da época, caberia às mulheres da classe guardiã a mesma educação destinada aos homens, bem como os mesmos encargos (Cf. 451d-457a).

Eis aí, de maneira generalíssima, a Política Pedagógica do Mestre da Academia apresentada em sua República. Como pudemos perceber, as propostas de reformulação da paidéia vigente em sua época, aos olhos de Platão, estão intimamente relacionadas, concomitantemente, em conjunção com o todo, à necessidade de reformulações políticas, sociais e culturais, e surgem para responder as idiosincrasias propriamente históricas da Atenas do filósofo.

Pois bem, uma das formas, infelizmente, até mesmo comum de reduzirmos enormemente a produtividade hermenêutica do texto de Platão é desviarmos a nossa atenção para a questão, por exemplo, da exequibilidade literal das suas propostas, quer no seu próprio tempo quer em outro. Como de resto em todos os seus diálogos, o filósofo não nos apresenta um sistema filosófico pronto e acabado e que, portanto, dever-se-ia segui-lo até mesmo dogmaticamente, mas antes, nos leva a pensar, abrindo brechas para tanto<sup>13</sup>. Talvez, a maior prova disso seja justamente a maneira como legou à posteridade os seus pensamentos, em

---

10 “Que estas mulheres serão comuns a todos esses homens, e nenhuma coabitará em particular com nenhum deles; e, por sua vez, os filhos serão comuns, e nem os pais saberão quem são os seus próprios filhos, nem os filhos os seus pais” (*Rep.*, 457c-d).

11 “Em primeiro lugar, nenhum possuirá quaisquer bens próprios, a não ser as coisas de primeira necessidade; em seguida, nenhum terá habitação ou depósito algum, em que não possa entrar quem quiser. Quanto a viveres, de que necessitarem atletas guerreiros sóbrios e corajosos, ser-lhes-ão fixados pelos outros cidadãos, como salário da sua vigilância, em quantidade tal que não lhes sobre nem lhes falte por um ano. As suas refeições serão comuns, e em comunidade viverão, como soldados em campanha” (*Rep.*, 416d-e).

12 “Se possuírem terras próprias, habitações e dinheiro, serão administradores dos seus bens e lavradores, em lugar de guardiões, volver-se-ão em déspotas inimigos dos outros cidadãos, em vez de aliados, passarão toda a vida a odiar e a ser odiados, a preparar conspirações e a ser objeto delas, muito mais receosos dos inimigos internos do que dos externos, e a precipitar-se, eles e o resto da cidade, para a beira da ruína” (*Rep.*, 417a-b).

13 Se esquecermos a forma literária ‘diálogo’ para procurar estabelecer um ‘sistema’ de afirmações platônicas e, a partir delas, extrair algumas proposições essenciais que formassem a verdade procurada, encontraremos muitas contradições, muitas incoerências, poucas certezas e poucas evidências” (GAGNEBIN, 2004, p.14).

forma de diálogos; como observa Charles Kahn, “literatura de ficção e, muito frequentemente, de fantasia” (KAHN, Charles, 2000, p. 31). Platão não escreve tratados filosóficos, que já existiam em seu tempo<sup>14</sup>, e sim peças literárias<sup>15</sup>. Obras que podem, sim, estabelecer um mundo, sem, contudo, apresentar receitas para tanto. Outro indício do que se está querendo dizer aqui é a própria escola fundada pelo filósofo, a Academia, pois, como nos diz Jan Szaif, “devemos pensar a Academia de Platão como uma comunidade de filósofos cuja independência intelectual era respeitada, portanto não como um círculo esotérico que venera um mestre e haure seus ensinamentos” (SZAIF, 2005, p. 174). Platão, antes de tudo, ao que tudo indica, quer que pensemos, estimulando-nos.

Ora, como podemos perceber, na pretensão de justificar a pesquisa que aqui se projeta, as questões que fomentam a elaboração das políticas pedagógicas, enquanto soluções para uma sociedade em crise, que surgem na República de Platão, são muito semelhantes, quando não as mesmas que enfrentamos hoje, na contemporaneidade pós-moderna, mormente o individualismo, respaldado epistemologicamente pelo relativismo e pelo ceticismo. É claro que as liberdades individuais devem ser consideradas uma conquista, o que, no entanto, não respalda a subsunção do indivíduo em relação à sociedade. Pois, assim, evidentemente, dificilmente constrói-se uma sociedade efetivamente justa, onde o Belo e o Bom sejam, de fato, um horizonte comum.

Dessa maneira, com as pistas deixadas pelo filósofo podemos compreender, principalmente, mas não apenas, que as políticas pedagógicas não devem ser pensadas à parte das políticas econômicas e sociais que estruturam a totalidade do Estado; que deve ser compreendido, antes, como um todo orgânico, onde todas as partes confluem conjuntamente para a sua vivificação. Afinal, como Hegel não nos deixa esquecer, “a mão cortada perde sua subsistência autônoma; ela não permanece como era no organismo; a sua agilidade, movimento, forma, cor e assim por diante se modificam; aliás, ela apodrece e toda a sua existência acaba” (HEGEL, 2001, p. 136.); ou, como nos diz Nicolau de Cusa em sua apurada dialética:

---

14 “De fato, a filosofia começa em forma de tratados: Anaximandro, Anaxímenes e os demais da tradição jônica escreveram tratados” (SCOLNICOV, 2006, p. 123).

15 “Toda a gente reconhece que os diálogos de Platão são composições dramáticas admiráveis onde, diante de nós, as idéias e os homens que as trazem se chocam e se confrontam. Toda a gente, ao ler um diálogo de Platão, sente que ele poderia ser dramatizado, levado à cena” (KOYRÉ, 1988, p. 12).

Já que o olho não pode ser mão e pé e todos os outros membros em ato, contenta-se com ser olho e o pé pé; e todos os membros são mutuamente úteis, de modo que cada um é da melhor maneira possível o que é. A mão e o pé não estão no olho, mas no olho, são olho, enquanto o olho está imediatamente no homem. Da mesma maneira, todos os membros estão no pé, enquanto o pé está imediatamente no homem, e o homem ou o todo está em qualquer membro por meio de qualquer membro, assim como o todo está nas partes, através de qualquer uma em qualquer uma (NICOLAU DE CUSA, 2002, pp. 127-128).

É, portanto, assim, seguindo os rastros do filósofo da Academia, que se pretende, pois que é possível e pode-se mostrar produtivo, pensar as políticas educacionais na contemporaneidade do nosso enraizamento histórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL Fº, Fausto dos Santos. **Filosofia aristotélica da linguagem**. Chapecó: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. A filosofia de Hegel e a poesia de Platão, ou ainda, Integralidade orgânica: para uma hermenêutica dos diálogos de Platão. In: **Dialética e metafísica: o legado do espírito**. Festschrift em homenagem a Paulo Meneses. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

\_\_\_\_\_. **Platão e a linguagem poética: o prenúncio de uma distinção**. Chapecó: Argos, 2008.

BARKER, Sir Ernest. **Teoria política grega: Platão e seus predecessores**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1978.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. As formas literárias da Filosofia. In: **Filosofia e literatura**. SOUZA, Ricardo Timm; DUARTE, Rodrigo. (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HARE, R.M. **Platão**. São Paulo: Loyola, 2000.

HEGEL, G. W. F. **Cursos de estética**. Vol. I. Tradução de Marco Aurélio Werle; revisão técnica de Márcio Seligmann-Silva; consultoria Victor Knoll e Oliver Tolle. 2ª ed. rev. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KAHN, Charles H. Una nueva interpretación de los diálogos socráticos de Platón. *Areté. Revista de Filosofía*, v. XII, n. 1, 2000.

KOYRÉ, Alexandre. **Introdução à leitura de Platão**. Lisboa: Presença, 1988.

LLEDÓ, Emilio. Introducción general. In: PLATÓN. **Diálogos**. Vol. I. Madrid: Gredos, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, Mário Vieira de. A crítica socrático-platônica à democracia ateniense. In: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **A democracia grega**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

NICOLAU DE CUSA. **A douda ignorância**. Tradução, prefácio e notas de Reinholdo Aloysio Ullmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Platão e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLATÃO. **A República**. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. **República**. Introducción, traducción y notas por Conrado Eggers Lan. Madrid: Gredos, 1992.

\_\_\_\_\_. **Teeteto**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gorgias**. Texte établi et traduit par Alfred Croiset avec la collaboration de Louis Bodin. Paris: Les Belles Lettres, 1955.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2009.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOLNICOV, Samuel. **Platão e o problema educacional**. São Paulo: Loyola, 2006.

SCHLESENER, Anita Helena. Gestão democrática da Educação e formação dos Conselhos Escolares. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

SZAIF, Jan. Platão. In: **Filósofos da Antiguidade**. Dos primórdios ao período clássico. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.

Apresentado em 8/5/2012